

Congresso faz na semana o que não fez no semestre

Brasília — Apenas na quinta-feira, o Senado aprovou 50 projetos, a maioria deles empréstimos dos Estados e municípios, totalizando 870 bilhões de cruzeiros. No dia anterior, foi sancionada a lei que regulamenta a eleição às prefeituras e a antecipação do recolhimento do imposto de renda, na semana mais agitada que o Senado viveu este ano. Não só os assuntos mereciam urgência, como aquela era a última semana do semestre legislativo.

— É a mania do brasileiro de aprovar e fazer tudo na última hora — comenta o Senador Itamar Franco (PMDB-MG), obrigado a ficar em plenário até às 23h, na quinta-feira. Se não fosse votado o projeto de regulamentação, as eleições de novembro simplesmente ficariam inviabilizadas.

Balanço

Havia tensão no início da semana: os Senadores Moacir Duarte e Martins Filho, do PDS e PMDB no Rio Grande do Norte, obstruíram a pauta de votação durante quatro meses seguidos com o recurso da verificação de quorum. Duarte era contra a aprovação de empréstimo ao Governo de seu próprio Estado, por rivalidades regionais. Para evitar esse bloqueio, continuado, houve um acordo entre os partidos.

Na Câmara, a movimentação foi menor, de qualquer forma, na quinta-feira, foram desovados 40 projetos. "Era preciso desinchar a pauta de votação", explica o 2º secretário da mesa da Câmara, Leur Lomanto (PDS-BA).

Ontem, a Mesa registrou o total de projetos na semana: 80, apenas dois aprovados. Um deles obrigava à execução, duas vezes por dia, em todas as emissoras de rádio e TV, do Hino Nacional. O Deputado Francisco Dias (PMDB-SP) pediu a criação do dia do teólogo. E o Deputado Juarez Bernardes (PDS-MG) quer que os táxis tenham cabine à prova de balas.

Entre os 180 discursos realizados durante a semana na Câmara, o mais polêmico foi o do Deputado Paulo Maluf (PDS-SP), por ter criado agitação em plenário. Ele atacou a reforma agrária do Governo e acusou de fraudador o Deputado Artur Virgílio (PMDB-AM). Maluf garantiu que o Deputado amazonense votou, em várias ocasiões, em seu nome, acionando o placar eletrônico.

No semestre, foram apresentados 884 projetos: 66 do Executivo, 786 de deputados, 22 de senadores, 9 dos tribunais, um da Mesa. No Senado, dos 170 projetos, apenas 80 foram aprovados.

Os assuntos julgados pelo legislativo no período tiveram grande importância para o país. Aprovaram-se o voto do analfabeto, a eleição direta à presidência, a eleição nas Capitais, nas antigas áreas de segurança nacional e nas estâncias hidrominerais. Todos esses projetos foram elaborados pela comissão interpartidária.

Na Câmara, os deputados aprovaram um projeto de lei complementar, 20 projetos de decreto legislativo, 73 projetos de lei, 21 projetos de resolução. Há 1670 projetos prontos para a ordem do dia e, em tramitação, 5525.

O Grande Finale marcou-se com a entrega, pelo chefe do Gabinete Civil, Ministro José Hugo Castello Branco, ao presidente do Senado, José Fragelli, da mensagem de convocação da Constituinte de 1987.